

O desalento de Bolonha!

1. Introdução

As recentes reformas no Ensino Superior que são consequência da assinatura da Declaração de Bolonha pelos ministros da Educação e do Ensino Superior em 1999 pretendem conferir à Europa uma capacidade económica mais competitiva. Essa evolução deve basear-se no conhecimento e ter como objectivo último a melhor formação de cada estudante, com o reconhecimento e validação de competências, redefinindo o centro do processo ensino aprendizagem no estudante e abandonando o modelo actual de simples transmissão de conhecimento.

A alteração do paradigma de ensino, expressão que tanto foi explorada e sobre a qual quase cada um dos actores interessados na reforma do ensino superior tinha uma opinião particular, não se traduziu de facto em reforma alguma.

Atendendo ao seu conceito, uma reforma deveria implicar uma modificação de uma ordem existente, esperando-se que para introduzir um melhoramento, o que implicava uma análise e diagnóstico profundo sobre o que estaria correcto e/ou errado, percebendo as razões do ponto de vista conceptual e prático dessa conjuntura e dos seus defeitos, procurando encontrar um modelo alternativo e acompanhar uma terapêutica adequada, sabendo à partida que são múltiplos os factores dos problemas do ensino superior, e possivelmente exigem várias respostas, de carácter mais ou menos profundo.

O ano de 2006 foi o ano em que o Governo fez aprovar a Lei que obriga todo o ensino superior português, até ao ano de 2009, a adaptar os seus planos curriculares, de acordo com o previsto na declaração de Bolonha.

Era esperada uma grande reforma: isso era exigido pela constituição de uma rede de ensino superior, exigido pela necessidade de centrar a formação no estudante - procurando aumentar as competências dos estudantes durante a sua passagem no Ensino Superior – e exigido pela necessidade de maior adequação das formações às necessidades do mercado de trabalho. Tudo isso urgente e necessário! Mas mais não tivemos que apenas uma revolução fracassada de mentalidades.

As instituições de Ensino Superior, deixaram-se empurrar para uma agenda insana no que a reestruturação dos cursos dizia respeito.

Pretendia-se compreender o processo de Bolonha como verdadeiros motores de mudança para as Instituições de Ensino Superior. Na verdade, à medida que vamos avançando em tal processo é evidente que o mesmo apenas se apresenta como pretexto para algumas agendas mais ou menos claras, pelo que ainda hoje, alguns dos contornos, tanto do ponto de vista nacional como internacional, não são bem conhecidos.

As alterações que seriam de esperar implicavam, por tudo isto, uma mudança na cultura das instituições de Ensino Superior portuguesas, e exigiam não só uma profunda introspecção sobre o desempenho e comportamento das Instituições no seu todo, como uma reflexão pessoal e partilhada de cada um dos actores no processo educativo e das suas responsabilidades – em especial professores e estudantes.

O enquadramento de cada Instituição em particular e de uma rede de Ensino Superior na globalidade – ponderando a sua relação com os parceiros institucionais e com a sociedade, o cumprimento da sua missão e do seu compromisso com o País, assim como da sua relação com a sociedade - deveria assim constituir, possivelmente o maior desafio com o qual as Instituições se iriam deparar.

Do sucesso de tal reflexão dependeria a definição de uma estratégia, fundamental para que todos se identificassem com uma missão que respondesse eficazmente a todas as solicitações a que está sujeita uma instituição de ensino, em todas as dimensões que a caracterizam e em particular face ao que a complexa realidade de um mundo em mudança espera de tais Instituições.

E o maior objectivo - e ainda a maior dificuldade - seria vencer a inércia que deriva de anos e anos de uma cultura institucional fechada sobre si, abandonando os corporativismos e interesses instalados e instaurando mecanismos de monitorização para que o sucesso do Ensino Superior, ao serviço do conhecimento, da tecnologia, de um sector de actividade, da sociedade, de uma região e do país pudessem ser uma realidade.

A presente intervenção, permite apresentar-se por tudo isto como uma reflexão liberta de preconceitos ou exigências formais.

Não é mais uma partilha de uma consciência crítica face a todo o processo de adequação a Bolonha implementado no nosso país. É antes uma nota de exigência para que Portugal consiga triunfar numa alteração que diz respeito, em larga escala, aos estudantes, dando nota das suas preocupações e frustrações, da forma como olham o ensino ministrado nas salas de aula, em tom de manifesto, descomprometido com orientações ou enquadramentos políticos educativos e institucionais, arrogando o direito de expressar, pela simplicidade de quem apenas sente que está mal e pensa saber que muito mais podia e devia ser feito, apresentando assim um caminho ambicioso a percorrer.

Esta é por isso uma visão exigente, para um público que assume a exigência, o rigor e a excelência como um objectivo a atingir ou uma forma de estar.

2. A realidade - uma visão generalista.

A construção de um espaço europeu de conhecimento, para muitos a única e última forma de combater e vencer a ameaça de economias de países que já não se podem considerar emergentes, visto serem mais do que uma evidente realidade – caso do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) - tendo por base os princípios que constituem na sua essência os Estados europeus, obrigou à constituição de uma corrente de orientação para o Ensino Superior em vários países europeus.

Entre vários objectivos fundamentais para a construção de um espaço europeu de conhecimento:

-

(1) como um reconhecimento de formações mútuas pelos países assinantes do tratado, (2) um reforço dos programas de mobilidade, (3) com necessidade evidente do estabelecimento de um clima de confiança entre países, (4) com critérios de certificação de qualidade mútuos e comuns (5) e partindo de parâmetros idênticos, (6) assim como uma harmonização dos perfis de formação e planos curriculares,

Um aspecto em particular se apresentou desde logo como o mais pertinente e fundamental:

- A alteração da forma de ensinar e de dotar os estudantes de competências, alterando o processo de formação de um tradicional ensino baseado na transmissão de conhecimento, passando antes a medir-se o sucesso do processo formativo pelo conhecimento e competências adquiridas pelos

estudantes, num processo onde o objectivo do conhecimento seria o estudante, como centro do modelo de ensino-aprendizagem.

Tal alteração seria o mais profundo exercício de modernidade e progresso no Ensino Superior, contribuindo não só para um inequívoco melhoramento das formações ministradas, com evidentes vantagens para os estudantes, suas carreiras e correspondendo em muito às suas expectativas (talvez até as únicas que poderiam ter), mas também correspondendo mais eficazmente às solicitações do mercado de trabalho, da sociedade, de conjunturas económicas, e da competitividade num mundo onde a Europa certamente viria a vencer num contra-relógio, em todas as dimensões, as ameaças com que esta se depara.

E aqui se centra o fundamental problema com o qual o país se defronta no que ao Ensino Superior diz respeito, e por consequência a todas as questões que a este, directa ou indirectamente se podem relacionar.

Ora se dos objectivos gerais enunciados no Processo de Bolonha se pode temer alguns riscos, como aqueles que recorrentemente são referidos por diferentes instituições, organizações internacionais e associações de docentes e estudantes, como o de tal processo conduzir a uma excessiva “padronização” que contraria a inovação, reduz a diversidade e bloqueia a “personalidade e carácter” características apontadas como as que mais eficazmente tem sido conseguidas pelas Instituições de ensino superior europeias, já a alteração de paradigma de formação, à excepção de residuais reflexões sem expressão (descendentes de corporativismos e preconceitos ao nível de metodologias de formação e falsas liberdades pedagógicas e científicas), tem sido por todos entendido como uma aposta a qual todos os países e suas instituições se deveriam especialmente dedicar.

Tal alteração pressupõe uma disponibilidade particular de docentes e Estudantes com reflexos em quase tudo o que constitui as Instituições de Ensino Superior, desde a

forma como definem as suas políticas de formação ao nível dos processos pedagógicos e científicos como dos espaços físicos de conhecimento, o número de horas de trabalho que cada qual deverá dedicar e a contabilização desse tempo para que consiga atingir os objectivos propostos, relacionando-se tais conceitos com novas metodologias de avaliação de estudantes, mas também de docentes, procurando eliminar taxas de insucesso e abandono escolar, e mais intimamente responder a expectativas de estudantes, do mercado empresarial, e por consequência da sociedade.

A realidade, passados quase 10 anos desde a assinatura da Declaração de Bolonha e de terem sido enunciados os seus princípios fundamentais, os quais todos os países assinantes sabiam ter que inevitavelmente ser cumpridores, está muito longe do expectável e do que havia sido “vendido” aos estudantes.

Alterados os planos curriculares e harmonizado o número de anos para primeiros e segundos ciclos, ou mestrados integrados, para cada formação, quase todos consequência de força de lei, é clara a dificuldade das Instituições se renovarem a si próprias.

Face aos inúmeros atropelos ao estipulado na lei e previsto aquando da definição dos princípios orientadores de Bolonha, em especial no que ao respeito pelas legítimas expectativas dos estudantes, continua a assistir-se a uma transformação do modelo de formação que não se pode considerar mais do que meramente “cosmético” – expressão já imensamente caracterizadora de tal processo – na forma como na verdade se concretiza o processo formativo.

Hoje assiste-se a um sobrecarregar de trabalho contínuo dos estudantes, com avaliações contínuas com trabalhos, mini-testes, relatórios e presença obrigatória a todas as aulas, teóricas, práticas ou com uma qualquer denominação especificamente encontrada de forma habilidosa para contrariar regulamentos existentes, muitas vezes

num registo pós-ensino secundário, mas muito idêntico a uma formação distante do que competiria ao Ensino Superior, sem qualquer tipo de acompanhamento e olhando cada estudante como parte de uma massa indefinida sobre a qual cada instituição tem responsabilidades apenas no início de cada aula, terminando tal responsabilidade no final da mesma aula e reencontrando-se apenas no momento de cada avaliação, demonstrando uma despreocupação – e até desrespeito - com a condição de cada estudante, das suas expectativas, do que espera da formação que lhe é ministrada e no compromisso que o Ensino Superior tem com este e com o que o mercado espera encontrar a cada diplomado contratado.

E se apenas se fizer hino e matéria elegível nas prioridades da política educativa nacional de uma frenética reflexão do ponto de vista da gestão institucional e da organização da rede de ensino superior, com a criação de leis, regulamentos, publicações, constituição de estatutos ou outros diplomas de qualquer carácter que não estejam intimamente relacionados com uma alteração do paradigma pedagógico, certo é que todos os compromissos pelos quais nos batemos serão frustrados e o País e a Europa falharão na sua missão, podendo daí advir consequências trágicas onde o tempo poderá contrariar a possibilidade de correcção.

O Ensino Superior não pode por isso continuar a olhar a formação de cada estudante como tem vido a olhar, desligando-o da sua condição de pessoa, pensando que não tem responsabilidade na sua formação e condição humana e que se pode manter desconectado das exigências do mercado, e dos interesses de futuro, a médio - longo prazo, de cada estudante.

2.1 - A realidade particular

À alteração dos perfis de formação e à alteração do plano curricular deve em igual ou superior escala corresponder um plano formativo com uma avaliação constante do compromisso formativo de cada instituição com cada estudante, medindo o seu grau de integração e cumprimento de objectivos propostos entre uma sólida formação científica e uma formação técnica útil e de futuro.

A necessidade de acompanhar cada estudante desde a sua entrada até a sua integração e progressão numa carreira profissional, numa formação que considere objectivos futuros e preparação tanto para dar resposta a carreiras orientadas para o mundo empresarial como do ponto de vista da produção de conhecimento em ambiente de investigação, deverá constituir o objectivo número um de cada escola ou universidade, elevando as competências pedagógicas de docentes e a sua capacidade de transmissão de conhecimento, conseguindo uma evoluída formação de cada estudante. Essa formação tem que ser sólida no que ao conhecimento científico diz respeito, sendo essa robustez formativa eleita como o princípio fundamental e objectivo primordial na missão institucional de cada instituição a formação, a bem do sucesso do Ensino Superior.

3. O modelo ideal

O modelo ideal, do ponto de vista conceptual, descomprometido de constrangimentos financeiros, de tradições e vícios institucionais, com a possibilidade de partir do zero num plano de formação no Ensino Superior, deveria basear-se em dois princípios fundamentais:

1. A consideração que o Ensino Superior forma pessoas diferentes entre si e com necessidades, no mínimo tão distintas, quanto as pessoas que da sua realidade fazem parte.
2. A necessidade de o Ensino Superior dar resposta a todas estas pessoas, sendo evoluído do ponto de vista do conhecimento científico, bem sucedido nas formações que ministra e conseguindo corresponder às solicitações a que esta sujeito.

O primeiro ponto parece de difícil concretização e exigente na forma como cada Instituição a este pode corresponder, com consequências complexas e constrangedoras relativamente ao financiamento, pela necessidade de alocação de recursos e verbas, mas este assume na verdade o papel fundamental na missão do Ensino Superior: o de formar a população dos países, dotando-a de conhecimento e capacidades técnicas capazes de fazer evoluir e aumentar a qualidade de vida da sociedade onde se inserem.

E se muitos recursos seriam necessários investir, seria certo, à partida, pelo menos do ponto de vista conceptual, que o investimento traria um retorno claramente positivo e de crescimento sustentado.

Mas quanto custará ao Estado formar diplomados para que sejam suportados por um sistema nacional de segurança social? Quais as consequências que daí resultam face à sustentabilidade de tal sistema de garantia social para todos os cidadãos? Já para não falar da frustração de expectativas que se apresentam a um estudante que investiu tempo, disponibilidade e recursos numa formação na qual não encontra qualquer mais valia!

E quanto custa ao Estado cada formação que não é bem sucedida considerando a taxa de abandono e insucesso escolar que existe?

A resignação de que cada cidadão com formação superior tem o mais baixo tempo de espera por um novo emprego, comparando com cidadãos sem tal formação, esquecendo a que emprego corresponderá esse tempo de espera, abdicando da avaliação de resultados do investimento feito numa formação superior, para desempenho de uma tarefa para a qual não são exigidas tais qualificações, poderá ser aceite sem contestação?

Será que a solução para estas questões se esgota num regime de prescrições, num aumento do financiamento directo dos perfis de formação de cada estudante, através de um aumento do valor das propinas, ou na apresentação de quadros de empregabilidade?

Penso que não!

É certo que cada estudante tem níveis de interesses por áreas do conhecimento diferentes, muitas vezes no mesmo curso, tendo necessidades diferentes de aquisição e produção de conhecimento, tendo níveis e velocidades de evolução ao nível da aquisição de competências distintas entre si. Devido a isso não será justo nem inteligente olhar para todos os estudantes da mesma forma, com necessidades de formação iguais e esgotando o grau de responsabilidade de cada instituição por cada estudante num curso, que baliza o corpo de alunos com uma simples média de acesso, abandonando um estudante, deixando-o à deriva durante toda a sua formação superior.

Há uma necessidade premente de que o nível de responsabilidade e envolvimento de cada instituição na formação académica de cada estudante seja elevado a uma forma particular e singular, olhando cada estudante como um indivíduo com uma natureza e um interesse próprio, tendo para isso que encontrar ferramentas que possam cumprir tal missão.

A integração dos estudantes no mercado de trabalho, a relação das empresas com o Ensino Superior, a mais-valia de apostar em quadros com formação superior numa empresa – em que esta veja tal contratação como um investimento e não como uma despesa - não se consegue apenas introduzindo grandes empresários na gestão das Universidades e Institutos Politécnicos. Consegue-se, sim, se estes perceberem desde logo, dentro das suas empresas e na realidade do dia-a-dia a mais-valia de ter alguém com competências, adquiridas ou apuradas, pelo Ensino Superior, correspondendo às suas necessidades.

Mas como poderá o Ensino Superior dar resposta a tão exigente compromisso?

O acompanhamento e a orientação de cada formação devem fazer contrastar correntes de pensamento distintas mas não necessariamente incompatíveis.

O facto dos Institutos Politécnicos, e em especial as Universidades não terem de formar apenas na dependência daquilo que são as necessidades do mercado, não esquecendo que a produção de conhecimento não pode ficar refém da rentabilidade de tais formações, não implica que tais formações possam ser autistas no que ao futuro dos diplomados dessas mesmas áreas de conhecimento diz respeito.

Sabemos que existem formações nas quais existe dificuldade de aproximação com o mercado de trabalho (exemplos apresentados como recorrentes centram-se no caso das ciências sociais e humanas) mas não nos devemos resignar! Devemos inovar: tanto as expectativas como a orientação adequada a cada estudante face ao futuro devem ser realizadas antes, durante e no final da sua formação académica, traduzindo tal acompanhamento uma mais eficaz dotação de competências aos estudantes.

Estas expectativas devem ser monitorizadas e acompanhadas por cada instituição, olhando cada caso como um caso e abdicando da sua postura confortável de meramente definir um quadro base de formação, independente de cada expectativa,

capacidade e interesse individual, adoptando por seu turno uma postura atenta, interessada, pró-activa e perspicaz na forma como a Instituição formadora olha cada formando.

4. Contributos para uma eficaz alteração do paradigma de formação

A realidade apresenta variadíssimos e complexos entraves a uma fácil execução da necessidade de alterar o processo de formação de um paradigma baseado numa transmissão de conhecimento para um novo centrado na aquisição de competências.

4.1 A avaliação Institucional

A introdução de mecanismos de controlo da qualidade, com forte enfoque na avaliação não só institucional mas também de cursos - tarefa que se espera a breve prazo eficazmente cumprida pela AAAGQES - Agencia de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior – poderá corresponder a um contributo, para que definidos os princípios orientadores da missão de cada instituição, se verifique a melhoria da qualidade necessária.

Para tal importa que outro fenómeno igualmente complexo seja ultrapassado. Refiro-me ao “*academic drift*”, interpretado tanto por Universidades como pelos Institutos Politécnicos ao longo dos anos, deixando confusa a missão específica de cada subsistema.

4.2 - As carreiras no ensino superior

Podemos considerar que o fundamental para a concretização bem sucedida de tal reforma implica inevitavelmente uma nova e diferente forma de olhar o exercício

docente no Ensino Superior, o que desde logo choca com a condição de docente e investigador.

O equilíbrio na condição de professor e investigador no Ensino Superior é por demais complexa, e num momento onde não há carreiras independentes, não pode haver sequer uma avaliação de resultados.

Certo é ser fundamental uma sólida formação de carácter científico dos professores do Ensino Superior.

Mas o exercício das funções de investigador pode por vezes trazer resultados nefastos no exercício da actividade docente, desperdiçando ao mesmo tempo recursos e tendo influências do ponto de vista da concentração para a missão que se exige de cada uma das condições no mesmo indivíduo.

É por isso necessária e fundamental uma alteração do Estatuto da Carreira Docente, tanto no subsistema politécnico como universitário, que compreenda as orientações em determinado momento da actividade de cada um dos responsáveis pela produção e transmissão de conhecimento.

Comment: Melhorar

Se um enfoque especial for dado à actividade docente neste contexto, esta deveria ser responsabilizada pelo grau de competência da sua actividade, pelo que a sua avaliação, feita por estudantes, outros docentes, e conselhos pedagógicos, assim como por outras entidades, admitindo mesmo avaliações externas, deveriam ter resultados claros e directos no exercício da sua actividade profissional e no cumprimento da missão que lhe é destinada – fazer com que os estudantes adquiram conhecimento, disponibilizando-se para os orientar na busca pelo mesmo.

A formação e avaliação pedagógica de docentes deveria assim ser uma realidade muito mais efectiva do que aquela que hoje de facto assume, com consequências positivas e penalizadoras na conduta de cada um e nos resultados que este obtêm.

4.3 A criação de uma área de acompanhamento dos perfis de formação dos estudantes

Admitamos a criação de um gabinete com a competência de acompanhar os perfis de formação dos estudantes, cuja responsabilidade deveria ser transversal à gestão de equipamentos e infra-estruturas, da distribuição de serviço docente e de recursos humanos, de formação pedagógica de docentes, de acompanhamento psico-pedagógico e de carreiras de estudantes, assim como de integração e formação de estudantes em ambiente empresarial. Um gabinete do qual fariam parte docentes e técnicos com formação nesta área, orientando percursos de estudantes e atribuindo a grupos de estudantes um orientador de curso, à imagem do que é feito em níveis de formação avançada, como é o caso de orientadores de teses de investigação, desenvolvendo o conceito do professor tutor, reorganizando o processo formativo de cada estudante, monitorizando-o a cada momento! Este poderia ser um contributo inestimável para acabar com o distanciamento dos estudantes às Instituições e aumentando exponencialmente a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior face à sua missão e ao grau de comprometimento nos percursos de cada estudante.

A autonomia científica estaria assim salvaguardada pela necessária relação com os conselhos científicos de cada instituição na medida em que estariam professores do topo de carreira a relacionar os conteúdos científicos de cada curso com estes gabinetes, da mesma forma que todas as ferramentas de monitorização e acompanhamento de carreiras seriam disponibilizadas de forma transparente aos conselhos pedagógicos para análise, avaliação e possibilidade de propostas de melhoria contínua no processo formativo dos estudantes.

4.4 A realidade presente

Presentemente o que conseguimos encontrar em cada instituição é uma definição mais ou menos clara face ao rumo que cada uma pretende para si, definição para a qual em muito contribuiu a necessária readaptação dos estatutos das instituições ao novo *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, correspondendo tal rumo, nem sempre de forma totalmente eficiente, às expectativas tanto da sociedade académica como da sociedade civil face a essa instituição.

Na missão definida por cada instituição a formação, não só do ponto de vista académico, mas em grande escala do ponto de vista humano, assume-se como prioridade transversal a todas elas.

Neste contexto, e com o objectivo de melhor cumprir tal missão, verifica-se então uma proliferação, de intensidade e frequência variável a cada caso, dos denominados gabinetes de apoio ao aluno, ou noutros casos psicológico, de relações internacionais, de orientação do aluno, de inserção na vida activa, entre outros nomes e designações encontradas.

Tais gabinetes, que se repetem e sobrepõem em muitos casos, sendo que estes mais não são do que práticas que poderemos caracterizar como simples “modas”, e que têm como objectivo o apoio de estudantes acabam por ter trabalho isolado, sem melhorias substanciais. Mais grave se torna quando tem afectados recursos considerados nos orçamentos anuais, sem que os resultados da aplicação dos mesmos seja devidamente avaliados e monitorizados.

Ao mesmo tempo, verifica-se a necessidade de repensar o modelo de acompanhamento dos estudantes, de forma a que estes sejam dotados de mapas actualizados constantemente para construção do seu caminho e que saibam ter na Universidade ou Instituto Politécnico o parceiro certo.

Não faz sentido que os meios actualmente existentes continuem a trabalhar de forma descoordenada ou desligada. Este gabinete será muito relevante para:

- progredir no conceito do orientador de conhecimento e formação no percurso académico do estudante;
 - investir na figura do professor tutor;
 - criar pontes com o tecido empresarial e as empresas de forma a reconhecer competências adquiridas em ambiente de trabalho simulado, interligando de forma profunda a formação ministrada nas salas de aula com o trabalho a desempenhar no mundo laboral;
 - desenvolver plataformas de e-learning e b-learning;
 - insistir no ensino através da investigação em ambiente de laboratório, lado a lado com os investigadores de cada laboratório;
 - valorizar as competências adquiridas em programas de mobilidade, interna e externa;
- Para atingir estes objectivos todas as partes devem ser integrantes do mesmo projecto – o de formar jovens e cidadãos, dotando-os de competências tendo em conta aos postulados da declaração de Bolonha.

4.4 A realidade presente.

De preocupante em todo o processo de Bolonha, será a forma pouco comprometida como muitas vezes tal assunto é tratado, recorrendo à tradicional desculpa da dificuldade em mudar mentalidades, de alterar formas de estar e reformar metodologias de ensino.

Vive-se um clima duma morosidade por todos aceite, sem que alterações profundas sejam assumidas e com uma quase “embriaguês” de costumes.

Continua-se a ensinar sem atender a que o mundo munda a cada dia, e que as formações ministradas não acompanham o mundo em mudança.

O desafio é complexo e obriga a um grande empenhamento de todos, mas a alteração da forma de ensinar e da forma de aprender não é de facto, sem hipocrisias nem demagogia, uma prioridade com a qual se tem dedicado a atenção mínima necessária.

Passados quase 10 anos da assinatura da declaração de Bolonha, continuamos hoje a organizar debates e conferências, seguramente importantes e que não devem ser desvalorizadas, estudando as “*trends*” internacionais sobre a forma como outros países adoptam e aplicam o conceito “Bolonha” no seu Ensino Superior.

No entanto não somos ao mesmo tempo capazes de nos mobilizar para definir um programa nacional de reorganização do sistema de ensino superior, desde uma perspectiva macro, relacionando a forma de ensinar com as competências necessárias a um país que tem na qualificação e formação a ultima esperança para o seu próprio progresso e desenvolvimento, a uma perspectiva micro, olhando aos interesses particulares de cada estudante e as suas legítimas expectativas face ao que pretende para o seu futuro assim como do que a sua escola ou universidade o poderá ajudar nesse seu caminho.

Mas porque não conseguimos quebrar conceitos enraizados e definir as estruturas que pretendemos para nós próprios?

Depois de tantos anos a organizar conferências e a realizar diagnósticos, porque somos tão experientes na observação e tão ineficientes na actuação?

Será que é a colocar um grande industrial, ou uma entidade externa de reconhecido mérito que vamos ultrapassar a distância entre a sociedade e o que esta espera das Instituições e a formação dos jovens e dos portugueses?

Fazendo uma análise séria e consciente da realidade nas salas de aula, nas metodologias de avaliação e nas vias de comunicação da informação e conhecimento, haverá algo tão profundamente diferente do que acontecia há 10 anos atrás ou na realidade, sem enfeites, tudo continua igual e a única coisa que se alterou foram os currículos académicos?

Qual o apoio e a ajuda que os docentes receberam para que lhes fosse feito entender o que era o processo de Bolonha e o que se esperava destes para que se pudesse evoluir e construir modelos diferenciadores e devidamente adaptados a cada disciplina, em cada curso, em cada escola, em cada Universidade?

Aos estudantes poderá ser feita a crítica da falta de exigência. Mas à falta de exigência, exigência na forma como são ensinados e na reivindicação que a verdade do que lhes havia sido apresentado como o cenário do processo de Bolonha seja de facto reposta, apresentam-se algumas respostas para tal atitude.

Para uns será pelo volume de trabalho e pelo aumentar de responsabilidades para estes, numa óptica de formação centrada no aluno e não no professor, levando a uma postura apática e relaxada em antítese ao que deveria ser uma postura de rigor e qualidade de ensino.

Acredito que em alguns casos tal atitude seja reflexo disso mesmo, mas em muitos outros, o sentimento que preside à postura assumida, mais tem que ver com uma resignação face ao sistema que lhes é apresentado e que estes não percebem poder contrariar.

Há quase uma tristeza ou desilusão por todos serem tratados por igual, num modelo nada diferenciador, produzindo e não criando, numa quase lamentável metáfora de um sistema de ensino ao estilo de Henry Ford – uma linha de montagem de capital humano e intelectual indiferenciado e tendencialmente homogeneizador.

4.5 O apelo

Mais do que se continuar a debater e a reflectir o que deve ser o processo de Bolonha, esta na hora de, de facto algo ser feito, numa reforma que se prevê de necessária coragem para se realizar, mas que será por ventura uma das últimas apostas de muito significativo retorno que deverão ser feitas, com certeza do prejuízo da sua derrota ser incalculável.

A liderança, é aqui uma vez mais notória pela sua ausência. Precisa-se de alguém que assuma a definição de uma estratégia real, e não cosmética, para a reforma do sistema de ensino superior, sem que para isso mais recursos de um já asfocado país terem de ser alocados, mas aproveitando as estruturas existentes, construir novos modelos de actuação, rompendo com conceitos e concepções que hoje não são mais do que fotocópias sucessivas de modelos antigos ou distantes das necessidades do mundo de real.

Há que aproveitar a vontade, enquanto existe, de evoluir e cumprir com os princípios do processo de Bolonha, em especial no relativo à forma de ensinar, elevando o compromisso entre os actores do processo educativo, estudando a forma mais eficaz de otimizar a aquisição de competências pelos estudantes, investindo na formação e avaliação do corpo docente, na formação em ambiente empresarial, na flexibilização de metodologias de ensino e aprendizagem.

Isto sem esquecer a valorização e reconhecimento de experiências de vida de estudantes, como são prova a participação em programas de mobilidade, estágios profissionais ou voluntários, da prática desportiva, entre outros, num compromisso sério e responsável na gestão de percursos e expectativas de estudantes por parte de docentes, reformando a formação superior.

5 Conclusão

Ainda há muito por fazer, e embora todos saibamos que da comunidade académica depende o sucesso da formação que qualificação do País, muito pouco tem sido feito!

É com o conhecimento produzido nas universidades e institutos politécnicos que o progresso e o desenvolvimento se constrói, encontrando as ferramentas necessárias para um país mais competitivo e sustentável, e é destas instituições que a sociedade espera rasgos de modernidade e de resposta a muitos dos seus problemas.

É, no entanto, paradoxal se não conseguem estas instituições definir um novo modelo para a maior eficácia da sua actuação, não tendo mais a quem recorrer, se esgotada estiver a vontade e o desejo de mudança!